

Apresentação

Os diálogos entre Literatura, Cultura e Política evidenciam a variedade de discursos que organizam nossa vida social. Nossas percepções sobre os eventos, por isso, devem acionar esse cruzamento entre instâncias sabendo que a ele se somam outros. Assim demandas culturais refletem em nossa vida política que, por sua vez, impactam na produção e legitimação das literaturas. Pensando nesse diálogo, podemos ver como nossas sociedades se organizam de maneira tensa, tentando se equilibrar entre transformações ou manutenções, sobretudo porque, se identificamos territórios onde as mudanças são sempre bem-vindas, em outros elas são ignoradas.

Este segundo número do dossiê Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, Cultura e Política apresenta artigos que discutem, a partir de diferentes textos literários, relações de poder em contextos coloniais, pós-coloniais ou contemporâneos. Os artigos compõem um panorama plural em que demandas de diversas minorias questionam as formas como as sociedades se organizam.

Reconhecendo desigualdades e assimetrias abissais, nos últimos anos, vemos a emergência de discussões centradas nas demandas por cidadania e direitos humanos de identidades que são excluídas permanentemente da sociedade. Acreditamos que a literatura é um importante espaço para se debater essas questões não só quando denuncia os problemas, mas também quando visualiza novas formas de relações sociais menos excludentes e exploratórias.

Portanto, a literatura não se furta ao debate social, uma vez que reconhece que, sem ele, existe a possibilidade de que um consenso hegemônico se estabeleça como uma única leitura do mundo possível, silenciando a diversidade não só como corpo físico, mas também como possibilidade epistemológica.

Essa discussão é urgente e necessária, embora mecanismos sejam acionados sempre quando uma voz discordante denuncia as diferentes opressões existentes no corpo social. Qualquer movimento que seja feito no sentido de instituir novas configurações ou mudanças estruturais é logo percebido e rechaçado sob o pretexto de instituir o caos e a desordem. Jacques Rancière, em *A partilha do sensível*, afirma que um poder que se constitui a partir dessa dinâmica não aciona o paradigma democrático e sim o monárquico. Nossas democracias sempre suscitam esse pensamento paradoxal: como podem ser democráticas e plurais se elas silenciam constantemente as diferenças?

Convidamos a todos a ler os artigos que compõem esse segundo número do dossiê. Por meio deles, conseguimos ter um panorama mais amplo das inúmeras formas de apagamento, mas também das inúmeras estratégias de resistência em nossas sociedades.

Profa. Dra. Maria Perla Araújo Morais
Universidade Federal do Tocantins, Brasil